

Intervenção do Presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho Lúcio Craveiro da Silva

Todas as Instituições têm história e a Universidade do Minho também já possui a sua, apesar da jovem existência de 25 anos que estamos celebrando.

Como Universidade, consciente da sua missão de qualidade, lançou as suas estruturas, formou o corpo docente, estabeleceu a rede de funcionários, escolheu e determinou o desenvolvimento dos seus Cursos, instalou serviços de apoio, enfim criou o perfil e a vida de uma Universidade, numa perspectiva de progresso, nos campos da educação, da investigação científica e de serviço à Comunidade. Para isso também instalou o Senado, o Conselho Académico e o Conselho Administrativo. Até aqui seguiu, embora de maneira brilhante e, por vezes, original o caminho de todas as Universidades. No entanto nos seus Estatutos de 1989 apareceu um Conselho que apenas esta Universidade instituiu: o Conselho Cultural. Porquê? À primeira vista parece um Conselho redundante porque toda a universidade é ou deve ser cultural. É verdade. Mas toda a universidade deve ser científica e, apesar disso, todas assinalam um conselho científico. É que a Universidade do Minho, ao considerar toda a sua realidade viva, sentiu necessidade de estruturar uma série importante de Unidades e Serviços que, não pertencendo directamente às Escolas, per-

maneciam desconexas e que por essa razão era necessário institucionalizar. Essas Unidades que abrangem a Biblioteca Pública, o Arquivo Histórico, o Museu Nogueira da Silva, a Unidade de Arqueologia, a Educação de Adultos, o Centro de Estudos Lusíadas, assumem uma característica cultural de investigação e serviço à Comunidade e por isso formam o núcleo permanente do Conselho Cultural.

Mas este Conselho, além da sua ligação e dependência à Reitoria e ao Senado, irradia a sua influência para o exterior ao incluir no seu seio não só personalidades de reconhecido mérito no domínio da cultura mas igualmente elementos representativos de instituições ou associações relevantes no âmbito das actividades culturais da Região. Assim este Conselho reconhece e apoia as iniciativas das Unidades Culturais e estabelece um elo dinâmico entre essas Unidades e a sociedade envolvente no domínio cultural.

Ora dentre as iniciativas deste Conselho, uma das de maior eco no meio cultural português é certamente a atribuição do "Prémio de História Contemporânea", instituído pelo Doutor Victor Sá, e que, felizmente, a avaliar pelas palavras do Doutor Medeiros Ferreira, no ano passado, "o prestígio deste



prémio já serve de barómetro sobre o estado de investigação em história contemporânea no nosso país e de estímulo para a apreciação dos campos a cultivar ... A atribuição deste prémio ... é um sinal quase certo de passar a haver uma obra credenciada e circulada não só entre a comunidade universitária e científica como entre os estudiosos de temas históricos em geral".

De facto, o seu valor vem-lhe sobretudo do rigor da sua atribuição pois os membros do júri são designados pelos Conselhos Científicos das Universidades de Coimbra, Porto, Lisboa ou Minho e o prémio só será atribuído se a obra for julgada, por esse júri, de qualidade e valor científico.

A exemplo do êxito deste prémio, parece que outros foram criados ultimamente em Portugal o que é de muita satisfação para este Conselho que tem por fim estatutário ser um incentivador de cultura.

Termino agradecendo à Senhora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, ilustre professora associada, com agregação, da Universidade de Coimbra que nos vai falar em nome do júri e felicito a Mestre Adelaide Ginga Tchen pela sua "A aventura surrealista", unanimemente premiada.